

SANAMA SANEAMENTO ALTA MACEIÓ S.A.

Relatórios do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019

SANAMA SANEAMENTO ALTA MACEIÓ S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações do fluxo de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e aos Acionistas da
Sanama Saneamento Alta Maceió S.A.
Maceió - AL

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Sanama Saneamento Alta Maceió S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sanama Saneamento Alta Maceió S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

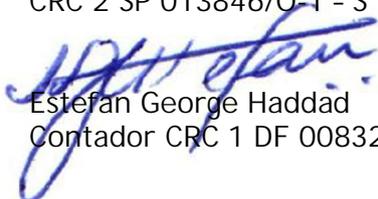


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 09 de março de 2020.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1 - S - AL



Estefan George Haddad
Contador CRC 1 DF 008320/O-5 - S - AL



Marcos Vinicius Galina Colombari
Contador CRC 1 SP 262247/O-8 - S - AL

SANAMA SANEAMENTO ALTA MACEIÓ S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota	2019	2018		Nota	2019	2018
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.437	392	Fornecedores		632	656
Ativo financeiro	6	10.119	-	Empréstimos e financiamentos	7	191	-
Tributos a recuperar		197	199	Arrendamento mercantil		58	-
Outros créditos		74	29	Fornecedores - partes relacionadas	8	12.734	13.729
Despesas antecipadas	5	73	588	Obrigações sociais		310	166
		11.900	1.208	Obrigações fiscais		125	398
				Contas a pagar - partes relacionadas	8	83	226
						14.133	15.175
Não circulante				Não circulante			
Despesas antecipadas	5	8	73	Empréstimos e financiamentos	7	26.215	-
Ativo financeiro	6	49.899	22.846			26.215	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	7.631	5.070				
Outros créditos		13	6				
Imobilizado		278	249	Patrimônio líquido	9		
Intagível		1	-	Capital social		45.000	29.600
		57.830	28.244	Capital a integralizar		(734)	(5.450)
				Prejuízos acumulados		(14.884)	(9.873)
						29.382	14.277
Total do ativo		69.730	29.452	Total do passivo e do patrimônio líquido		69.730	29.452

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SANAMA SANEAMENTO ALTA MACEIÓ S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	2019	2018
Receita líquida	10	41.561	23.147
Custo dos serviços prestados	11	(42.995)	(24.902)
Resultado bruto		(1.434)	(1.755)
Receitas/(despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	11	(5.848)	(3.726)
Outras receitas, despesas operacionais líquidas		(1)	(2)
		(5.849)	(3.728)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(7.283)	(5.483)
Resultado financeiro	12		
Receitas financeiras		172	3
Despesas financeiras		(460)	(352)
		(288)	(349)
Prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		(7.571)	(5.832)
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Correntes		-	-
Diferidos	13	2.560	1.973
		2.560	1.973
Prejuízo do exercício		(5.011)	(3.859)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SANAMA SANEAMENTO ALTA MACEIÓ S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

	2019	2018
Prejuízo do exercício	<u>(5.011)</u>	<u>(3.859)</u>
Resultados abrangentes	<u><u>(5.011)</u></u>	<u><u>(3.859)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SANAMA SANEAMENTO ALTA MACEIÓ S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital Social		Prejuizos acumulados	Total
	Subscrito	a Integralizar		
Saldos em 1º de janeiro de 2018	29.600	(17.890)	(5.757)	5.953
Integralização de capital em espécie	-	12.440	-	12.440
Ajuste na adoção do CPC-48/IFRS-9	-	-	(257)	(257)
Prejuízo do exercício	-	-	(3.859)	(3.859)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>29.600</u>	<u>(5.450)</u>	<u>(9.873)</u>	<u>14.277</u>
Integralização de capital em espécie	15.400	4.716	-	20.116
Prejuízo do exercício	-	-	(5.011)	(5.011)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u><u>45.000</u></u>	<u><u>(734)</u></u>	<u><u>(14.884)</u></u>	<u><u>29.382</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SANAMA SANEAMENTO ALTA MACEIÓ S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de Reais)

	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(5.011)	(3.859)
Ajustes para conciliar o prejuízo ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(2.561)	(1.973)
Depreciações e amortizações	74	67
Arrendamento mercantil	192	-
Redução ao valor recuperável do ativo financeiro	-	390
Amortização de custos para emissão das debêntures	62	-
Aumento/(diminuição) nos ativos operacionais		
Tributos a recuperar	2	(86)
Adiantamentos a fornecedores	(54)	(20)
Outros créditos	580	(210)
Ativo financeiro	(37.172)	(21.452)
Variação nos passivos operacionais		
Fornecedores	(2.880)	606
Partes relacionadas	(1.138)	13.929
Obrigações sociais	144	52
Obrigações fiscais	(273)	341
Juros pagos	371	-
Caixa aplicado nas atividades operacionais	<u>(47.663)</u>	<u>(12.215)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(236)	(129)
Aquisição de ativo intangível	(1)	-
Baixa do ativo imobilizado	-	4
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	<u>(237)</u>	<u>(125)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de Empréstimo - principal	(180)	-
Integralização de capital	20.116	12.440
Captação de empréstimos	29.009	-
Caixa gerado nas atividades de financiamento	<u>48.945</u>	<u>12.440</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>1.045</u>	<u>100</u>
Caixa e equivalentes de caixa - no início do exercício	392	292
Caixa e equivalentes de caixa - no fim do exercício	1.437	392
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>1.045</u>	<u>100</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Sanama Saneamento Alta Maceió S.A. ("Sociedade"), foi constituída em 8 de outubro de 2014, tendo por objeto social específico e exclusivo cumprir o Contrato de Concessão Administrativa nº 079/2014 ("Contrato"), celebrado com a Companhia de Saneamento de Alagoas (a "CASAL"), decorrente Concorrência Nacional cujo objeto consiste na:

- Implantação, operação e manutenção do Sistema de Esgotamento Sanitário dos setores 25, 26, 27, 31, 34 e 35 da parte alta de Maceió;
- Operação e manutenção do Sistema de Esgotamento Sanitário dos setores 30, 32 e 33 da parte alta de Maceió;
- Realização de serviços complementares relativos à leitura de hidrômetros, fiscalização, cobrança e gestão comercial visando o incremento de Arrecadação da CASAL;
- Como parte alta da cidade de Maceió entende-se o recorte geográfico composto pelos setores 25, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 34 e 35 da Unidade de Negócios de Benedito Bentes da CASAL.

O prazo do contrato é de 30 (trinta) anos contados a partir da data de eficácia do contrato que é aquela em que estiverem implementadas as condições suspensivas, que deverão ser implementadas pelas partes em prazo não superior a 180 dias.

Depois de cumprido todos os requisitos, a CASAL emitirá a competente Ordem de Serviço que marcará a Data de Vigência do Contrato, ocasião em que a Sociedade deverá:

- Dar início às obras de implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário dos setores 25, 26, 27, 31, 34 e 35 da parte alta de Maceió de acordo com o cronograma da licitação;
- Dar início imediato dos serviços complementares relativos à leitura de hidrômetros, fiscalização, cobrança e gestão comercial visando o incremento de arrecadação da CASAL nos setores 25, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 34 e 35 de Maceió;
- Após as assinaturas na Ordem de Serviço iniciar-se-á o prazo de 24 (vinte e quatro) meses para transferência para a Concessionária Operação e conseqüente início dos serviços de operação e manutenção do Sistema de Esgotamento Sanitário dos setores 30, 32 e 33 da parte alta de Maceió;
- Decorrido o prazo de até 48 (quarenta e oito) meses previsto no cronograma para a conclusão das obras, a concessionária deverá operar e manter o Sistema de Esgotamento Sanitário dos setores 25, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 34 e 35 de Maceió.

O valor estimado do contrato é de R\$289.544 composto pela remuneração dos serviços de esgotamento sanitário na Área da Participação Público Privada (PPP), acrescida do incremento de faturamento advindo da redução da inadimplência da Área da PPP, decorrente da adoção das ações previstas no Termo de Referência.

Em 31 de dezembro de 2019 parte das obras da estação de tratamento de esgoto foram finalizadas e colocadas em operação em 06 de setembro de 2019. A Sanama também vem prestando serviços relacionados a gestão comercial e realizando obras lineares.

2. Base de preparação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Afirmamos que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração da Sociedade na sua gestão.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: elaboração de projeções para realização dos ativos, determinação de taxa de desconto a valor presente utilizada na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes e determinação das receitas e custos de construção.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticas referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão conforme determinado pela interpretação técnica ICPC-01 - Contratos de Concessão, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito a: aplicação da interpretação de contratos de concessão e determinação e classificação da remuneração da prestação de serviços de melhoria ou construção como ativo intangível ou ativo financeiro.

Determinação das receitas de construção

Quando executa ou contrata serviços de construção, a Sociedade deve reconhecer a receita de construção, quando realizada, pelo valor justo. A determinação do valor justo referente à parcela de construção requer a aplicação de julgamento e estimativas para determinação do montante a ser alocado como retorno das atividades de construção, com base no modelo econômico do contrato de concessão.

A receita de construção auferida e o custo de obra incorrido referem-se à construção da estação de tratamento de esgoto, emissários, coletores de esgoto e estação elevatória da parte alta da cidade de Maceió. As receitas e custos associados ao contrato de construção são reconhecidos tomando como base a proporção do trabalho executado até a data do balanço.

A perda esperada no contrato de construção, quando aplicável, é reconhecida imediatamente como despesa.

O custo da obra é registrado com base nos valores efetivamente contratados de terceiros para a construção e é igual ao da receita, pois a Administração da Sociedade entende que o contrato firmado com o Município de Maceió (Poder Concedente) não prevê margem de lucro na construção.

Momento de reconhecimento do ativo financeiro

O ativo financeiro é registrado pelo seu valor justo em contrapartida à receita de construção com base nas características do contrato de concessão. Após o início das operações, o ativo financeiro passará a ser remunerado pela taxa de retorno de investimento prevista no modelo econômico preparado pela Administração com base nos termos do contrato de concessão.

2.5. Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação

Básico: calculado com base nas quantidades médias ponderadas de ações ordinárias em poder dos acionistas em circulação durante o exercício.

Diluído: calculado com base na quantidade média ponderada de ações ordinárias e ações ordinárias potenciais diluidoras em circulação durante o exercício.

3. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes:

3.1. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Sociedade é parte das disposições contratuais do instrumento.

Avaliação dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos é registrada: (a) pelo seu valor justo por meio de resultado (VJR); e (b) pelo custo amortizado, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior.

i. Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Sociedade estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado ou custo amortizado.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os principais ativos financeiros da Sociedade incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e ativo financeiro da concessão.

a. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa estão a valor justo por meio do resultado. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Consistem basicamente em valores mantidos em caixa e bancos e outros investimentos de curto prazo, com liquidez imediata, em montante conhecido de caixa, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, e vencimento e expectativa de utilização em período inferior a 90 dias.

b. Contas a receber

As contas a receber de clientes estão classificadas como custo amortizado. São registradas com base nos valores nominais e não ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações contábeis.

A Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas de perda.

c. Ativo financeiro da concessão

A Sociedade reconheceu um ativo financeiro resultante do contrato de concessão de serviços, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.4. O recebível oriundo da remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial e está representado pelo direito de recebimento proporcional ao percentual executado das obras contratadas. É medido subsequentemente pelo custo amortizado, ou seja, o valor inicialmente reconhecido mais os encargos financeiros cumulativos sobre esse valor calculado, utilizando o método dos juros efetivos menos as amortizações.

A segregação do saldo entre o ativo circulante e não circulante é registrada com base no cronograma de recebimento determinado em contrato.

d. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Os ativos financeiros da concessão (representados pelas contas a receber do Poder Concedente) são avaliados por indicadores de sua redução ao valor recuperável no final de cada exercício.

As perdas por redução dos ativos financeiros da concessão ao seu valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva de sua redução, como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido, após o reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Um ativo financeiro é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram;
A Sociedade transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasso”; e (a) a empresa transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a empresa não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo.

ii. Passivos financeiros

A Sociedade determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros da Sociedade incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas e outros passivos.

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos e financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (pro rata temporis). Os custos dos empréstimos são reconhecidos como despesas, de acordo com o regime contábil de competência, exceto quando atribuíveis a um ativo qualificável.

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e que equivale ao valor justo e, subsequentemente, quando aplicável, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

iii. Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

iv. Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Vide análise do valor justo de instrumentos financeiros na Nota Explicativa nº 15.

3.2. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis (passivos), acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.

3.3. Imposto de renda e contribuição social

Apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

i. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base no saldo de prejuízo fiscal, base de cálculo negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicáveis, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para contribuição social.

3.4. Reconhecimento das receitas e despesas

As receitas de operação e as despesas são apropriadas de acordo com o período de competência.

3.5. Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras.

3.6. Mudança nas principais práticas contábeis

A Sociedade aplicou inicialmente o CPC 06 (R2)/IFRS 16 partir de 1º de janeiro de 2019. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, mas não afetaram as demonstrações contábeis da Sociedade. O efeito da aplicação inicial dessas normas está descrito abaixo:

(i) IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil (CPC 06 - Arrendamento Mercantil)

A nova norma substitui o IAS 17 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações e determina que os arrendatários passem a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores ficam substancialmente mantidos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

A Administração avaliou que a Sociedade possui arrendamento mercantil de valor relevante que irá ter variação significativa do seu capital circulante líquido na adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil", que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019. A Sociedade avaliou e optou por modificar os critérios de contabilização dos contratos existentes e segue monitorando todos os seus contratos de longo prazo para verificação de possíveis arrendamentos mercantis e seus impactos, em 31 de dezembro de 2019 montante registrado no ativo não circulante é de R\$ 56 e no passivo circulante é de R\$ 58.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Sociedade.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Representados por:

	2019	2018
Caixa e bancos	1.437	392
Total	<u>1.437</u>	<u>392</u>

5. Despesas antecipadas

Estão representados por:

	2019	2018
Seguros diversos	81	161
Despesas com financiamentos	-	500
	<u>81</u>	<u>661</u>
Ativo circulante	73	588
Ativo não circulante	8	73
	<u>81</u>	<u>661</u>

Com a captação do empréstimo realizada em 26 de julho de 2019, os custos de transações que anteriormente eram classificados como despesas antecipadas no grupo do ativo circulante, passaram a ser demonstrados como redução ao valor justo do instrumento financeiro de dívida e serão apropriados para o resultado em fluência do prazo, pelo custo amortizado, conforme Pronunciamento Técnico CPC 08 - Custos de Transações e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários. Os custos de transações são oriundos de gastos relativos à remuneração e pagamentos de serviços profissionais de terceiros, tais como: advogados, consultores, profissionais de bancos e corretores de investimentos, etc.

6. Ativo financeiro

Representados por:

	2019	2018
Custo do investimento	61.685	23.236
Impairment - ativo financeiro	(1.667)	(390)
Total	<u>60.018</u>	<u>22.846</u>

A Sociedade encontra-se em fase de operação de parte do sistema de esgotamento sanitário e em fase obras para construção de estações elevatórias de esgoto e rede coletoras para que a estação de tratamento de esgoto tenha sua capacidade completa de tratamento, as obras não resultam em margem de lucro. Considerando o cronograma de obras e período necessário para regularização das operações da estação de tratamento de esgoto, em 31 de dezembro de 2019 o saldo está registrado no ativo circulante e não circulante.

7. Empréstimos e financiamentos

Representados por:

Instituição financeira	Encargos financeiros	Vencimento	2019		2018	
			Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Banco do Nordeste S.A.	(*) IPCA + 0,13858% a.m.	15/01/2039	191	26.215	-	-
			<u>191</u>	<u>26.215</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

(*) IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

O financiamento contratado com o Banco do Nordeste S.A., em 19 de dezembro de 2018, no montante de R\$ 134.558, tem como objetivo a implantação do sistema de esgotamento sanitário da parte alta da cidade de Maceió. A primeira liberação do recurso ocorreu em 26 de julho de 2019. O prazo total do contrato é de 235 meses com 24 meses de carência e 211 meses de amortização. Durante o período de carência, o contrato prevê pagamentos trimestrais dos encargos. Após esse período, os encargos e principal serão pagos mensalmente. O vencimento final do contrato será em 15 de janeiro de 2039.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

8. Fornecedores e contas a pagar com partes relacionadas

Representado por:

	2019	2018
Consórcio Construtor Alta Maceió	12.734	13.729
Fornecedores - partes relacionadas	<u>12.734</u>	<u>13.729</u>
	2019	2018
GS Inima Brasil Ltda.	83	226
Contas a pagar - partes relacionadas	<u>83</u>	<u>226</u>

9. Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2019 o valor do capital social é R\$ 45.000 (R\$ 29.600 em 31 de dezembro de 2018), sendo R\$ 44.266 subscrito e integralizado em espécie e R\$ 734 a ser integralizado até setembro de 2020, e está representado por 45.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, assim distribuído:

	Ações ordinárias	% Participação
GS Inima Brasil Ltda.	27.000.000	60%
STE Serviços Técnicos de Engenharia S.A.	15.750.000	35%
Enorsul Serviços em Saneamento Ltda.	2.250.000	5%
	<u>45.000.000</u>	<u>100%</u>

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Em 02 de maio de 2019, mediante a emissão de 15.400.000 mil cotas, os sócios quotistas da Companhia aprovaram a subscrição e integralização de capital social no montante de R\$15.400, mediante a capitalização do adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) no montante de R\$3.330 e a integralização de capital no montante de R\$12.070.

Reservas de lucros e distribuição de dividendos

A reserva legal é constituída em conformidade com a legislação societária na base de 5% do lucro líquido do exercício, quando existir, até atingir 20% do capital social ou 30% do saldo do capital mais as reservas.

O estatuto da Sociedade prevê a distribuição de dividendos mínimos anuais obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido ajustado, quando existir conforme definido pela Lei das Sociedades por Ações.

SANAMA SANEAMENTO ALTA MACEIÓ S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

10. Receita líquida

São representadas por:

	2019	2018
Receita líquida	<u>41.561</u>	<u>23.147</u>
	<u>41.561</u>	<u>23.147</u>
	2019	2018
Receita de tratamento de esgoto	534	10
Receita de gestão comercial	3.266	2.464
Receita de obras	38.320	20.902
PIS	(59)	(41)
COFINS	(271)	(188)
Vendas canceladas	(229)	-
Receita líquida	<u>41.561</u>	<u>23.147</u>

11. Custos e despesas por natureza

Estão representados por:

	2019	2018
Custos		
Custo dos serviços prestados de construção	38.320	20.902
Pessoal	1.012	588
Materiais diversos	404	209
Serviços prestados	3.005	3.126
Outros custos	254	77
Total de custos	<u>42.995</u>	<u>24.902</u>
	2019	2018
Despesas		
Pessoal	1.266	1.017
Materiais diversos	70	67
Serviços prestados	2.426	1.890
Depreciações	163	67
Impairment do ativo financeiro	1.277	-
Outras despesas	646	685
Total de despesas	<u>5.848</u>	<u>3.726</u>

12. Resultado financeiro

	2019	2018
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	172	2
Variação monetária ativa	-	1
Total receitas financeiras	<u>172</u>	<u>3</u>
Despesas financeiras:		
Despesas com financiamentos	(62)	(344)
Juros pagos	(372)	-
Outras despesas financeiras	(26)	(8)
Total despesas financeiras	<u>(460)</u>	<u>(352)</u>
Resultado financeiro	<u>(288)</u>	<u>(349)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

13. Imposto de Renda e Contribuição Social

I. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos registrados no ativo não circulante estão representados por:

	2019	2018
Ativo diferido		
Prejuízo fiscal e base de contribuição social negativa	20.775	14.524
Impairment - ativo financeiro	1.667	390
Base de cálculo	22.442	14.914
Alíquota nominal	34%	34%
Total	<u>7.631</u>	<u>5.070</u>

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade e suas projeções de resultados constituem-se em previsões suportadas pelas expectativas da Administração.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável é como segue:

	2019	2018
Exercício a findar em		
2044	7.631	5.070
Total	<u>7.631</u>	<u>5.070</u>

II. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social diferidos

A reconciliação entre as alíquotas efetivas e a taxa nominal do Imposto de Renda e da Contribuição Social nas demonstrações do resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 é como segue:

	2019	2018
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(7.571)	(5.832)
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	2.574	1.983
Imposto de renda e contribuição social contabilizados	2.574	1.983
Ajustes para alíquota efetiva:		
Outras diferenças permanentes	(14)	(10)
Imposto de renda e contribuição social contabilizados	<u>2.560</u>	<u>1.973</u>
Receita de imposto de renda e contribuição social:		
Diferidos	2.560	1.973
Total	<u>2.560</u>	<u>1.973</u>

14. Demonstrações dos fluxos de caixa

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota Explicativa nº 4.

b) Informações suplementares

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Fornecedores	13.366	14.385

15. Instrumentos financeiros

15.1. Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

15.2. Exposição a riscos de taxas de juros

Em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade não apresentava saldo de passivo exposto a riscos de taxas de juros relevantes.

15.3. Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Sociedade a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em caixa e bancos e aplicações financeiras.

A Sociedade mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

15.4. Valor contábil e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Sociedade em 31 de dezembro de 2019 representam o valor justo em função da natureza e característica dos saldos registrados em balanço. A Sociedade não deteve instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes.

16. Cobertura de seguros

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução e cumprimento do contrato de construção e das demais funções operacionais.

Adicionalmente, a Sociedade mantém coberturas de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo “todos os riscos” para os danos materiais, cobrindo perda, destruição ou dano dos bens que integram o contrato de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetista, maquinário e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avaria de máquinas e perda de receitas.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos auditores da Sociedade.

Os seguros contratados abrangem as seguintes modalidades: riscos de engenharia, riscos patrimoniais, perdas de receita, responsabilidade civil e garantia de obrigações contratuais.

Em 31 de dezembro de 2019, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

<u>Modalidade de seguro</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos	Responsabilidade civil - geral	17.722
	Riscos de engenharia	50.000
	Compreensivo Empresarial	501
Seguro garantia	Garantia de execução do contrato	3.740
	Garantia de processo	50

17. Aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Sociedade e autorizadas para emissão em 09 de março de 2020.